

SABERES TRADICIONAIS QUILOMBOLAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Luciene Tavares da Silva Lima¹

Patrícia Cristina de Aragão²

RESUMO

Este artigo tem por objetivo discutir sobre a os saberes tradicionais quilombola em interface com a formação continuada de professores, considerando a importância da necessidade de articular às questões étnico- raciais e aos saberes do quilombo. Trata-se de artigo de reflexão aportado numa pesquisa bibliográfica e documental onde enfatiza o fazer pedagógico, a prática educativa dos professores na perspectiva étnico -racial. Realizou-se um levantamento bibliográfico relacionado às temáticas e estabeleceu-se um diálogo com GOMES (2011) e SILVA (2015) acerca das relações étnico -raciais; IBERNÔN (2016) sobre a Formação dos Professores como também TARDIF (2018) e SAVIANI (1944) tecendo um diálogo acerca dos saberes profissionais. Acreditamos que um trabalho voltado para a Educação das relações étnico- raciais na Formação dos Professores se faz necessário e contribui de forma significativa para a práxis pedagógica dos professores, como também para a construção do pertencimento identitário dos alunos em sala de aula.

Palavras – chave: Formação docente. Educação étnico-racial. Saberes do quilombo.

INTODUÇÃO

*O ambiente escolar
Que é bem diversificado
Para um trabalho humanizado
Deve estar bem preparado.
Trabalhando em prol da comunidade
Contemplando todas as pessoas
Sem distinção de sexo, raça ou idade
Valorizando a diversidade.*

¹Mestre em Formação de Professores – PPGFP da Universidade Estadual da Paraíba.
lucienebeleanegra@hotmail.com

²Professora do Programa de Pós-Graduação de Formação de Professores – PPGFP da Universidade Estadual da Paraíba. patriciacaa@yahoo.com

*A formação dos professores
Precisa ser bem planejada
Pensar num trabalho pedagógico
De forma continuada.
Escola e comunidade
Precisam sempre interagir
A soma desses saberes
Fazem o conhecimento fluir.
A escuta é essencial
Para o trabalho docente
Por um país mais democrático
E uma educação bem mais descente!
(LUCIENE TAVARES)*

A epigrafe em tela, trata de uma poesia que muito referênciava a relação entre escola, comunidade e o trabalho docente, foi produzida e pensada a partir da realidade dos povos de quilombo e a educação, mais precisamente, a educação escolar na comunidade quilombola Caiana dos Crioulos em Alagoa Grande –PB. Partindo dessa poesia, iniciamos este trabalho, em que tratamos da importância da formação dos professores e das abordagens étnico-raciais e refletimos sobre a educação na comunidade, porquanto consideramos os conhecimentos adquiridos nesse território como formativos. Por meio dos saberes tradicionais e culturais que fazem parte das práticas culturais e sociais comunitárias, é possível desenvolver um trabalho significativo no ambiente escolar que contemple toda essa diversidade. A formação continuada dos professores deve ser um dos primeiros passos para que esses conhecimentos quilombolas sejam incluídos no ambiente escolarizado, pois formar para educar no quilombo nos possibilita conhecê-lo e romper as barreiras do preconceito e do racismo que fazem parte da sociedade brasileira.

Uma formação que possibilite compreender as especificidades do quilombo é fundamental, visto que quando os docentes que atuam na escola da comunidade são formados a partir desses saberes, frutos da experiência de vida das pessoas que vivem nesse local, podem aprender sobre como as pessoas da comunidade percebem e vivenciam suas práticas sociais e como são primordiais para se articular com a escola e a formação continuada de professor que é vivenciada no cotidiano escolar.

É preciso, contudo, ter uma sintonia com esses saberes, pois entenderão o quanto esses conhecimentos são importantes para a comunidade e os estudantes que estão na escola. Ao desenvolver uma ação pedagógica, passarão a valorizá-los no currículo escolar e a discutir para além do livro didático. Com essa ação educativa, os professores possibilitam a construção da identidade quilombola e sua valorização a partir da escola.

No contexto da educação brasileira, a educação quilombola é um fundamento importante para valorizar os saberes, os fazeres e as identidades quilombolas no Brasil. Nesse sentido, é preciso pensar na diversidade étnico-racial que a educação apresenta e numa educação voltada para o contexto dos quilombos.

É fundamental discutir e refletir sobre a formação dos professores voltada para as questões étnico-raciais e nela debater o lugar da educação escolar no quilombo, porque isso possibilitará que docentes que atuam em escolas quilombolas possam reconhecer a importância desses conhecimentos e trabalhar em sala de aula de escola de quilombo esses saberes, o que permite que esse tipo de infância valorize os saberes adquiridos por ela nesse local.

Esse tipo de prática docente, além de criar meios para fortalecer a construção da identidade quilombola, precisa acompanhar como as aprendizagens das crianças estão ocorrendo no ambiente escolar. A educação para as relações étnico-raciais, de acordo com Silva (2015), é um desafio que também se impõe aos responsáveis pela formação de crianças não negras, das que crescem e são educadas em ambientes, mentalidades e sabedoria afro-brasileiros.

Jovino (*apud* SILVA, 2015) chama a atenção para o fato de como as crianças negras sofreram no período escravocrata, quando muitas delas não tinham sequer o direito de ter um sobrenome e eram educadas para se submeter ao pensamento europeu, ao senhor branco, o que refletiu até hoje no modo como as pessoas negras são percebidas e representadas.

A autora enfatiza que os professores desconhecem as manifestações e as resistências do povo negro. E como isso acontece constantemente, esses conhecimentos não são inseridos nas aprendizagens que promovem com alunos negros e não negros, e a educação escolar precisa trabalhar nessa construção do pertencimento identitário e explicar às crianças que a maioria dos afrodescendentes são os únicos brasileiros que desconhecem de onde vieram seus antepassados, porque precisam conhecer, de fato, a história do povo brasileiro, e não, só de um grupo específico que compõe o Brasil.

É necessário discutir, na prática docente, sobre a importância do povo negro e seu legado e sua história, para que possamos contribuir significativamente com essa construção identitária da criança negra. Silva (2015) enfatiza que

o processo de educar-se, no caso das pessoas negras, [...] implica a formação da consciência racial que se estende pela vida e se fortalece no engajamento em iniciativas de combate ao racismo. SILVA, 2015, p. 164)

É importante compreender que, no trabalho docente, na perspectiva da educação antirracista e das relações étnico-raciais, o educador precisa acreditar na capacidade de cada educando e buscar suas potencialidades na produção do conhecimento.

[...] as escolas tanto podem favorecer relações de dominação, atualizar racismos, discriminações entre grupos e pessoas, como podem, se houver sincero empenho para tanto, reeducar no sentido do respeito, reconhecimento, valorização, convívio construtivo. [...] Um primeiro passo nesse sentido está em professores, gestores e outras pessoas, que garantem o funcionamento das escolas, desconstruírem as crenças de que, no Brasil, se vive numa democracia racial. Será preciso que todos reconheçam e desconstruam os preconceitos que privilegiam pessoas pelo simples fato de serem brancas e desfavorecem outras, notadamente as negras. É necessário que educadores se preparem e se empenhem para combater o racismo que nas escolas, não diferente de outras instituições, marca as relações entre as pessoas. (SILVA, 2015, p.169/170).

O trabalho com o tema ‘relações étnico-raciais na escola’ deve ser feito em todas as disciplinas escolares e não pode ser somente uma atitude pedagógica de docentes negros para alunos negros, pois a gestão escolar, as equipes pedagógica e técnica, os pais e os familiares também devem compreender a importância desse debate. É preciso desenvolver, na comunidade escolar, um olhar sobre a diversidade e pensar sobre a questão racial.

Foram mais de três séculos de escravidão no Brasil, e só temos 132 anos do período pós-abolição, em que legislações ressaltaram a inclusão dos saberes da população negra. Entendemos que há muito a se fazer, no campo da educação, em relação a esse aspecto, e muita coisa precisa ser mudada para desconstruir todo o racismo impregnado na sociedade. Acreditamos que é através da educação escolar que se podem educar as crianças na perspectiva de uma sociedade mais justa, igualitária e equânime.

Como professora e integrante do movimento negro e da Organização de Mulheres Negras da Comunidade (OMNC), percebo que, quando o assunto é sobre as relações étnico-raciais, a questão do negro no Brasil e as pautas voltadas para as comunidades tradicionais, como a de quilombo, o trabalho pedagógico em sala de aula só tem um engajamento maior quando os professores fazem parte dessa militância. Isso precisa acontecer independentemente de qualquer militância e ativismo político, porque sejam ativistas ou não, a pauta deve ser aplicada e inserida nos planejamentos dos professores, ressignificando o Projeto Político-pedagógico (PPP) e o currículo escolar, pois, de acordo com Gonsalves e Silva apud Silva (2015, p.173), "o jogo entre as diferenças em que se constroem processos de aprendizagens e de ensino nas escolas reflete aqueles produzidos e reproduzidos no dia a dia da sociedade."

Os estudos voltados para a área de educação, no tocante à população negra, é uma luta de anos do movimento social negro pela inclusão educativa da história e da cultura afro-brasileira e africana e em relação à discriminação racial existente nas escolas e, principalmente, nos livros didáticos, em que diversas imagens de homens e mulheres negros/as são retratadas de forma pejorativa.

Observamos que ações foram criadas para tratar das especificidades e dos direitos dessas populações, como: as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana, estabelecidas pela Lei 10. 639 de 2003, o Estatuto da Igualdade Racial de 2010 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola – 2012. Em nossa opinião, esse é um marco que veio para assegurar uma educação diferenciada e específica para essa população. Ao se referir às questões sobre o negro no Brasil e aos estereótipos e à discriminação, Gomes (2011) enuncia:

As questões como a discriminação do negro nos livros didáticos, a necessidade de inserção da temática racial e da História da África nos currículos, o silêncio como ritual a favor da discriminação racial na escola, as lutas e a resistência negras, a escola como instituição reprodutora do racismo, as lutas do Movimento Negro em prol da educação começam, aos poucos, a ganhar espaço na pesquisa educacional do país, resultando em questionamentos à política educacional. Desencadeia-se um processo de pressão ao Ministério da Educação, aos gestores dos sistemas de ensino e às escolas públicas sobre o seu papel na superação do racismo na escola e na sociedade. GOMES (2011, p. 112 e 113).

A partir da Lei 10.639/2003, sancionada pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva, a história do negro foi vista, pela primeira vez, no ambiente escolar, de forma obrigatória. Esse foi um suporte significativo no trabalho com as relações étnico-raciais, pois a lei tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana em sala de aula, em todas as escolas públicas e privadas, e a inclusão do dia 20 de novembro como dia Nacional da Consciência Negra. Nesse sentido, a Lei de Diretrizes da Educação Nacional Brasileira (LDBEN) foi alterada, e a partir de 2003, passaram a vigorar, nos artigos 26-A, 79-A e 79-B, os seguintes aspectos.

Após a sanção da Lei 10.639/03, o Conselho nacional de Educação aprovou a Resolução 1, de 17/03/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro – Brasileira e Africana. A partir de então, as escolas da educação básica passam a ter um documento legal que discute e aprofunda o teor da lei 10.639/03, capaz até de orientar a prática pedagógica. (GOMES,2006, p.68)

É notório que muito ainda precisa ser feito para efetivar a lei 10.639/003, porém não podemos negar que muita coisa mudou a partir de sua criação, na tentativa de corrigir desigualdades, proporcionar oportunidades iguais para os grupos étnico-raciais e sociais não favorecidos e valorizar a cultura, a história e a identidade negras, que são aspectos importantes que não podemos deixar passar despercebidos.

É um processo de anos, em que o movimento negro vem lutando por essa conquista, e através dessa legislação, as instituições podem organizar seu PPP, prezando por uma construção em que a interdisciplinaridade esteja presente, para construir uma sociedade democrática e igualitária, em que haja valorização e respeito pela diversidade.

Para isso, será necessário promover uma mudança curricular e reorganizar o currículo da escola e da prática docente, pois, para que essas ações sejam colocadas em prática, um de seus desafios é o de descolonizar os currículos escolares.

Gomes (2012) afirma que descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar, devido à rigidez das propostas curriculares, cujo empobrecimento do caráter conteudista dos currículos ainda prevalece em relação às populações negras. A autora ressalta que é necessário um diálogo entre a escola, o currículo e a realidade social e formar professores e professoras reflexivos diante de culturas negadas e silenciadas nesses currículos.

Em sala de aula, o trabalho docente deve visar à diversidade existente e desenvolver seu agir pedagógico, pois é preciso que sejam conhecedores da legislação e efetivem, em suas práticas educativas, um ensino pautado nessas questões e que contemple cada especificidade. Segundo Ibernón (2016), os professores são os atores essenciais para promover uma educação de boa qualidade e escolas ou programas sociais mais flexíveis, baseados na coletividade. Nesse sentido, os professores defendem a mudança e atuam como catalizadores para produzir a mudança.

A formação permanente deveria apoiar-se, criar cenários e incentivar uma reflexão real dos sujeitos sobre sua prática docente nas escolas e nos territórios, de modo que lhes permitam examinar suas teorias implícitas, seus esquemas de funcionamentos, suas atitudes, etc., promovendo um processo de auto avaliação do que se faz e analisando porque se faz (IBERNÓN, 2016, p.148).

É sabido que, no campo da educação, as discussões voltadas para as relações étnico-raciais se propagaram a partir da década de 80 do Século XX, visto que práticas de racismo no ambiente escolar eram muito frequentes. Já havia várias demandas organizadas pelo movimento negro para a questão do negro no Brasil, em que algumas ações foram sendo criadas, como as que começaram no pós-abolição até a contemporaneidade. Os diversos

movimentos sociais negros tentaram tratar das questões negras, como grêmios, clubes e associações.

Outro trabalho importante foi o da imprensa negra, em que se destacaram o preconceito de cor e uma das organizações que estava nessa luta - a Frente Negra Brasileira (FNB). No terceiro momento - de 1978 a 2000 - ressaltamos o movimento negro unificado, que contribuiu, de forma significativa, para desmistificar a mestiçagem, a substituição do 13 de maio pelo 20 de novembro, como Dia Nacional da Consciência Negra, e a demanda da história da África e do negro no Brasil nos currículos escolares (MNU) (FIGUEREDO 2018, p.1083).

Observamos que, mesmo com a implementação da Lei 10.639/003, muitas escolas ainda não trabalham o conteúdo voltado para essa temática, o que nos deixa em uns emaranhados de pensamentos e interrogações: Por que isso ainda acontece? É de suma importância que o trabalho para as relações étnico-raciais seja desenvolvido nas escolas, para desconstruir o racismo, compreender nosso pertencimento étnico-racial, construir a identidade das crianças negras e valorizar a diversidade étnico-brasileira.

Contudo, é importante encontrar uma maneira correta de abordar determinada questão, para não cair na redundância ou comodismo de trabalhar assuntos rotineiros de “caráter conteudista”, como por exemplo, limitar o estudo do negro no Brasil ao período escravagista, despertando a falsa impressão de que não foi deixado um legado cultural, com apenas sua força de trabalho se fazendo presente. (GUEDES, NUNES e ANDRADE, 2013, p.423).

Os autores referem que é necessário todo um cuidado para desenvolvermos esse trabalho, por isso a formação continuada dos professores é um dos primeiros passos para que eles sejam conhecedores dessa legislação, das lutas do movimento negro e das pautas em questão, para compreenderem que é possível combater o racismo no ambiente escolarizado através da educação escolar. Coelho (*apud* COELHO E SOARES, 2016) refere que a Lei 10.639/2003.

não emergiu do interior do sistema educacional, entendido aqui como as instâncias normativas e operacionais (o Ministério e as Secretarias de Educação – estaduais e municipais) e suas instâncias constituintes e legitimadoras, como o discurso acadêmico e os cursos de formação docente. Ela nasceu da demanda da sociedade civil organizada. Foram os movimentos civis que apontaram uma lacuna na formação oferecida: o subdimensionamento da participação do negro na formação da nacionalidade brasileira e uma orientação exclusivamente europeia na compreensão dos processos que conformavam a trajetória histórica brasileira (COELHO E SOARES, 2016, p. 577).

Podemos perceber que a Lei 10.69/2003 atende a uma demanda histórica do movimento negro. Conforme enfatizam Coelho e Soares, “a legislação vem contribuir para colocar oficialmente discursos e vozes historicamente silenciados nos currículos das nossas escolas”. Para as autoras,

alia-se a esse contexto o fato de que ainda que as pesquisas localizem, no âmbito das escolas, algumas iniciativas para o trato da questão étnico-racial, tal enfoque ainda se apresenta pautado no “voluntarismo docente”, na ausência de conhecimento formal da lei, na vinculação a um teor ético e moral e no fato de que tal enfoque na escola advém de iniciativas pontuais. (COELHO APUD COELHO E SOARES, 2016, p. 591).

A formação dos professores deve estar em consonância com todas essas pautas. Quanto à formação dos professores do quilombo, devemos ter em perspectiva que se trata de pensar em um trabalho coletivo, mas que contemple suas especificidades.

Essa formação continuada deve reconhecer a importância não só da negritude, mas também da criança negra na escola e valorizar a infância e os saberes adquiridos por ela na comunidade, pois a criança negra quilombola leva para o ambiente escolar os conhecimentos adquiridos socialmente com suas famílias e dentro do território. É importante que todos os professores que estão na Escola Firmo Santino da Silva pensem na criança negra do Quilombo Caiana dos Crioulos, como elas aprendem e o que conhecem do lugar a que pertencem para valorizar essa infância a partir do conhecimento da experiência que adquiriu na Educação Escolar Quilombola.

Tardif (2018), ao focalizar os docentes e seus saberes, enfatiza os seguintes aspectos: os relativos à formação inicial, os disciplinares, os curriculares, os experienciais e as relações que cada professor tem com esses saberes. Ao tratar dos saberes disciplinares, o autor enuncia que, além dos que são produzidos pelas ciências da educação e os pedagógicos, a prática docente incorpora outros saberes sociais que são definidos e selecionados pela instituição universitária, como os que integram essa prática docente pela formação inicial e continuada dos professores, nas disciplinas que as Universidades oferecem. Em relação a esses saberes, ele acrescenta:

São saberes que correspondem a diversos campos do conhecimento, os saberes do que dispõe a nossa sociedade, tais como se encontram hoje integrados nas universidades, sobre a forma de disciplinas, no interior de faculdades e de cursos distintos. [...]. Os saberes das disciplinas emergem da tradição cultural e dos grupos sociais produtores de saberes (TARDIF, 2018, p. 38).

Podemos verificar que, no momento de sua formação, através das disciplinas, os professores adquirem conhecimentos que, somados com os sociais, vão enriquecendo suas práticas pedagógicas. Porém esses saberes não podem ficar estacionados, eles precisam estar constantemente em interação com o meio e a comunidade local, buscando novas possibilidades que também contribuam para enriquecer seu trabalho em sala de aula e ressignificar sua prática.

Saviani (1944) traz uma discussão relacionada aos saberes aprendidos e compreendidos pelo homem, ou seja, a produção não material, a espiritual, que ocorre de distintas maneiras. Para Saviani, há diferentes tipos de saber ou conhecimentos como: o conhecimento sensível, o intuitivo, o afetivo, o intelectual, o lógico, o racional, o artístico, o estético, o axiológico, o religioso, o prático e o teórico. Do ponto de vista educacional, esses conhecimentos só interessam como elementos que os indivíduos da espécie humana necessitam assimilar para que se tornem humanos.

Do ponto de vista da educação, esses diferentes tipos de saber não interessam em si mesmos; eles interessam, sim, mas enquanto elementos que os indivíduos da espécie humana necessitam assimilar para que se tornem humanos. Isto porque o homem não se faz homem naturalmente; ele não nasce sabendo ser homem, vale dizer, ele não nasce sabendo sentir, pensar, avaliar, agir. Para saber pensar e sentir; para saber querer, agir ou avaliar é preciso aprender, o que implica o trabalho educativo. Assim, o saber que diretamente interessa à educação é aquele que emerge como resultado do processo de aprendizagem, como resultado do trabalho educativo. Entretanto, para chegar a esse resultado a educação tem que partir, tem que tomar como referência, como matéria-prima de sua atividade, o saber objetivo produzido historicamente. (SAVIANI, 1944, p.7)

Para o autor, a educação precisa partir do saber produzido historicamente, por isso é muito importante o trabalho voltado para as memórias do quilombo, onde estão postos saberes adquiridos de geração em geração, que fazem parte da história do povo quilombola de Caiana dos Crioulos, e que, somados com os conhecimentos escolares da Escola Firmo Santino, podem enriquecer a prática pedagógica dos professores lhes proporcionando formação.

Reiteramos que os docentes da escola, ao incluir em suas práticas os conhecimentos da comunidade, viabilizados pela participação social de pessoas idosas, poderão contribuir para valorizar a cultura negra quilombola, desconstruir racismo e estereótipos e propiciar a construção identitária negra e quilombola das crianças de Caiana dos Crioulos, pois, como afirma Oliveira (2008), quando se pensa em um fazer pedagógico emancipatório, estamos pensando na possibilidade de desenvolver a autonomia intelectual e social dos sujeitos individuais e coletivos envolvidos no processo educativo. O processo de construção da

identidade das crianças vai sendo adquirido com o meio, na interação com seus familiares, na cultura em que ela se encontra inserida. É nas experiências vividas que a criança começa a colher informações sobre quem ela é, de onde veio e como é sua relação com o meio. Esse amontoado de coisas vai fazendo a criança se enxergar-se no mundo, e a escola precisa dar continuidade a esse processo formativo, tendo todo o cuidado de não trabalhar de forma distorcida baseado no pertencimento das crianças.

É na alteridade, nas relações com o outro, que construímos nossa identidade. Desde a infância, negros e negras foram silenciados e levados para o lado do branqueamento, a fim de que pudessem se olhar nos espelhos da vida e não gostar da imagem que estava refletindo o seu “eu”, sua existência. Assim, os professores precisam desconstruir isso em sala de aula, mostrando todas as belezas culturais e identitárias de pertencimento do povo negro, na perspectiva de valorizar a cultura, nesse caso, a cultura quilombola local.

A identidade tem se destacado como uma questão central nos discursos contemporâneos, no contexto de reconstruções globais das identidades nacionais e étnicas e das emergências dos “novos movimentos sociais”, os quais estão preocupados com a reafirmação das identidades pessoais e culturais. Esses processos colocam em questões uma série de certezas tradicionais, dando orça ao argumento de que existe uma crise das identidades nas sociedades contemporâneas. A discussão da extensão na qual as identidades são contestadas no mundo contemporâneo nos levou a uma análise da importância da diferença e das oposições na construção de posições de identidade (SILVA, 2009, p. 67).

Existe uma construção histórica de imagens negativas relacionadas ao negro que a escola precisa desconstruir, e não, reforçar. Por isso deve valorizar a história do povo negro, sua cultura, sua estética, seu cabelo e o corpo negro. Mesmo depois de promulgada a Lei 10.639/2003, o trabalho voltado para a educação e para as relações étnico-raciais continua enfrentando desafios nas escolas, desde os conhecimentos que são trabalhados na sala de aula até os materiais didáticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate em torno da educação para as relações étnico – raciais nas perspectivas da educação escolar quilombola é algo que deve fazer parte da formação continuada dos professores, no sentido de que aprendizagem tenha consonância com os sabres do lugar onde

os conhecimentos científicos possam somar aos conhecimentos tradicionais. Pois “Não há saber mais ou saber menos á saberes diferentes”. (Paulo Freire).

Consideramos importante trazer essa reflexão da formação docente que se articule às questões étnico- raciais a aos saberes das comunidades de quilombo, neste caso aos saberes do quilombo. A práxis pedagógica precisa ser ressignificada para pautar uma educação que pense a diversidade, que vá além no sentido de acolher e valorizar os diversos contextos e realidades, no qual o aluno se sinta pertencido dentro do ambiente escolarizado.

REERÊNCIAS

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; SOARES, Nicelma ozenila Brito. **A implementação das leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 e o impacto na formação de professores.** Educ. Foco, Juiz de Fora, v.21, n. 3, p. 573-606- set. / dez. 2016.

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade Cultural, currículo e questão racial:** desafios para a prática pedagógica. IN: ABRAMOWICZ, Anete; BARBOSA, Maria de Assunção; SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.). Educação como prática da diferença. Campinas: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006

_____. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas.** RBPAAE – v.27, n.1, p. 109-121, jan./abr. 2011.

_____. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos - Currículo sem fronteiras**, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr. 2012 ISSN 1645-1384 - (online) www.curriculosemfronteiras.org 98.Nilma Lino Gomes Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

GUEDES, Elocir; NUNES, Pâmela; ANDRADE, Tatiane de. **O uso da lei 10.639/03 em sala de aula.** Revista Latino- Americana de História. Vol. 2, nº.6- agosto de 2013- edição especial. - PPGH-UNISINOS.

IBERNÓN, Francisco. **Qualidade do ensino e formação do professorado: uma mudança necessária/** Francisco Ibernón; (Tradução Silvana Cabucci Laite). São Paulo: Cortez,2016.

SAVIANI, Dermeval, 1944 - **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações/**Dermeval Saviani11. ed. rev.— Campinas, SP: Autores Associados, 2011 (Coleção Educação Contemporânea) Bibliografia ISBN 978-85-85701-09-3 1. Autodeterminação (Educação) - Brasil 2. Educação - Brasil 3. Educação - Filosofia. 4. Pedagogia I. Título. II. Série 95-1345

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Crianças negras entre a assimilação e a negritude.** Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, São Carlos-SP, Brasil- ISSN 1982-7199 | DOI:

<http://dx.doi.org/10.14244/198271991137> Revista Eletrônica de Educação, v. 9, n. 2, p. 161-187, 2015.

SILVA, Toma Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**/ Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward.9.ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. ISBN 978-85-326-213-0. 1. Diferenças individuais 2. Identidades I. Hall, Stuart. II. Woodward, kathyn. III. Título. 00-3345 CDD-302.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**/ Maurice Tardif.17. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. Bibliografia. 4ª Impressão, 2018.